

Guia de Licenciamento Ambiental Municipal



**Loteamento
Urbano**

Versão Preliminar



PROGRAMA DE
QUALIFICAÇÃO
**GESTÃO
AMBIENTAL**

ibom
instituto brasileiro de
administração municipal

Padrões para o Licenciamento Ambiental:
Sistematização de procedimentos e guias de referência para os Municípios do CIDS – Xingu

Copyright Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM

Esta publicação foi preparada para o Programa de Qualificação da Gestão Ambiental (PQGA) – Municípios Bioma Amazônia, iniciativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, com recursos do Fundo Amazônia/BNDES.

Superintendência Geral do IBAM - Paulo Timm
Coordenação Geral do PQGA - Tereza Cristina Baratta
Coordenação Técnica - João Lagüéns, Suzana Barbosa, Maria Beatriz Dallari
Autoras - Joyce Barbosa e Raquel Bento

Acompanhamento Gráfico - Leonardo Nogueira
Assistente Executiva - Selma Rodrigues

Apresentação

Este Termo de Referência é resultado do projeto **Padrões para o Licenciamento Ambiental: Sistematização de procedimentos e guias de referência para os Municípios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu (CIDS)**, desenvolvido no contexto do Componente Descentralização da Gestão Ambiental, do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia, realizado pelo IBAM com apoio do Fundo Amazônia/BNDES.

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho foi a ausência de referenciais técnicos detalhados capazes de orientar os processos de licenciamento ambiental na esfera do município. Como consequência, há uma falta de homogeneidade nos critérios adotados nas análises dos processos, que tornam-se muito dependentes da avaliação individual do analista responsável, além de variar significativamente entre as secretarias municipais, o que pode representar riscos para o ambiente e enfraquecer a posição do órgão ambiental mais protetivo.

O trabalho foi desenvolvido ao longo de 2016 em parceria com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Turismo dos municípios de Altamira, Pacajá, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.

Foram identificadas como atividades prioritárias para a padronização aquelas que mais demandam licenciamento nessas secretarias. A partir daí foram produzidos Termos de Referência para: aquicultura, oficina mecânica, posto de gasolina, lava a jato, revenda de gás, abatedouro e frigorífico, serraria, olaria, torre de celular, beneficiamento de açaí, extração de areia e cascalho, loteamento urbano e beneficiamento de leite e derivados.

O termo de referência (TR) aqui apresentado foi estruturado da seguinte forma:

1. **Introdução:** explicitando os impactos críticos da atividade, os principais instrumentos legais e o objetivo do termo de referência, que é estabelecer os critérios e procedimentos para o licenciamento;
2. **Definições:** identificando os termos técnicos, nomenclaturas e seus significados;
3. **Critérios gerais:** que são os critérios mínimos que o empreendedor precisa atender para poder licenciar seu empreendimento;
4. **Lista de documentos:** de acordo com a fase do licenciamento; e
5. **Legislação aplicada:** para regulamentação da atividade e do licenciamento.

Acompanha o TR formulários modelos para apresentação de estudos ambientais (Relatórios de Controle Ambiental – RCA e Plano de Controle Ambiental – PCA) e Relatórios de Informações Ambientais Anuais – RIAA.

Considerando que a maioria dos empreendimentos que deve ser licenciada pelo município já está em operação, o processo de licenciamento deve focar na regularização ambiental. Dessa forma, os Termos de Referência ora apresentados propõem novas tipologias de licenças, como por exemplo, a Licença de Operação Corretiva.

Espera-se que os Termos de Referência atuem como ferramenta de sensibilização sobre a importância do licenciamento como um instrumento que garante a qualidade ambiental do município, sempre com foco no impacto mais crítico da atividade, definindo critérios mínimos para o controle das fontes de poluição e contaminação.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DE SOLO URBANO EXCLUSIVO OU PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL COM MENOS DE 100 HECTARES

Devido aos possíveis danos ambientais causados pelo parcelamento do solo urbano em lotes para uso residencial, tais como intervenção em APPs, movimentação de terra, impermeabilização do solo e interferências na rede de drenagem natural, erosão e carreamento de sólidos para corpos hídricos, geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos, emissões atmosféricas e de ruídos, aumento do tráfego local, incômodos à vizinhança, entre outros, o município de _____, no âmbito das resoluções **CONAMA nº 237/1997** e **COEMA nº 120/2015**, determina o licenciamento ambiental de tais empreendimentos.

Assim, o presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos a serem adotados para a regularização e o licenciamento ambiental de empreendimentos de loteamento do solo urbano para uso exclusivo ou predominantemente residencial, com área inferior a 100 hectares, com a emissão de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO) e Licença de Operação Corretiva (LOC). Caso o empreendimento de parcelamento do solo com área de até 100 ha (inclusive áreas contínuas) seja destinado a habitações de interesse social, o licenciamento poderá ser realizado através da apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e emissão de licença única, desde que atenda os critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 412/2009.

1. DEFINIÇÕES

TERMO/SIGLA	SIGNIFICADO
Licença Prévia - LP	Licença que aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, sendo emitida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade.
Licença de Instalação - LI	Licença que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes e exigências técnicas.
Licença de Operação - LO	Licença que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade mediante a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação. Sua concessão é por tempo finito e, portanto, sujeita o empreendedor à renovação, com possíveis condicionantes supervenientes.
Licença de Operação Corretiva - LOC	Licença direcionada para empreendimentos em operação e que ainda não procederam ao licenciamento ambiental.
Lote	Terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
Loteamento	Subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes
Desmembramento	Subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na

	abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes"
Área Total (AT)	Dimensão total da gleba de origem do loteamento (não confundir com área total do loteamento).
Densidade populacional bruta (D)	Variável expressa em "habitantes/hectare". Corresponde à relação entre a população prevista para ocupar o empreendimento na sua fase de saturação e a área total do empreendimento.

2. CRITÉRIOS GERAIS

- São passíveis de licenciamento ambiental municipal os empreendimentos que tenham por finalidade executar o parcelamento do solo urbano em lotes para uso exclusiva ou predominantemente residencial de micro, pequeno, médio e grande porte e potencial poluidor/degradador classe III, de acordo com os critérios definidos no Anexo Único da Resolução COEMA nº 120/2015, a serem implementados ou já em operação;
 - a) Os empreendimentos já existentes e em operação, assim como aqueles já licenciados que pretendem passar por ampliação ou modificação, deverão solicitar regularização ambiental através do mesmo processo dos empreendimentos a serem implementados, adequando-se aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência em até ___ meses;
 - b) Os empreendimentos já em operação deverão proceder com a regularização ambiental através da solicitação de Licença de Operação Corretiva (LOC);
- Na ocasião da solicitação de Licenças Ambientais desses empreendimentos, deverão ser apresentados os documentos e estudos ambientais relacionados no Item 3.0 deste Termo de Referência;
- Para fins de elaboração do estudo ambiental na fase de Licença Prévia, serão utilizados os seguintes critérios, apresentados na Tabela 2:

Tabela 2: Recomendação de relatórios e projetos ambientais a serem apresentados no processo de licenciamento, de acordo com a Área Total e a Densidade Populacional Bruta na fase de saturação do empreendimento.

	Área total (ha)	Densidade Populacional Bruta	Estudo exigido na fase de LP*	Estudo exigido na fase de LI*
()	≤ 10	até 70	RAS	RAS
()		> 70	RCAS	PCAS
()	> 10 = 20	até 70	RCAS	PCAS
()		> 70	RCAS	PCAS
()	> 20 = 50	até 70	RCAS	PCAS
()		> 70	RCA	PCA
()	> 50 = 100	até 70	RCA	PCA
()		> 70	RCA	PCA

(*) Excetuando-se os casos de empreendimentos destinados a habitações de interesse social, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 412/2009.

- a) A Área Total (AT) corresponde à dimensão total da gleba de origem do loteamento (não confundir com área total do loteamento);
- b) A Densidade Populacional Bruta corresponde correspondente à relação entre a população prevista para ocupar o empreendimento na sua fase de saturação e a área total do empreendimento, sendo expressa pela razão "habitantes/hectare".
- É vedado o licenciamento de loteamentos distintos em áreas contínuas, oriundos de uma mesma gleba original; caso o loteamento total ultrapasse os 100 ha, o processo de licenciamento correrá pelo órgão estadual - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

- Caso o empreendimento de parcelamento do solo com área de até 100 ha (inclusive áreas contínuas) seja destinado a habitações de interesse social, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 412/2009 o licenciamento poderá ser realizado através da apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e emissão de licença única.
- Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.
- A infraestrutura básica dos parcelamentos deverá ser constituída pelos equipamentos urbanos de:
 - a) escoamento das águas pluviais;
 - b) iluminação pública;
 - c) esgotamento sanitário;
 - d) abastecimento de água potável;
 - e) energia elétrica pública e domiciliar; e
 - f) vias de circulação.
- A infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo de:
 - a) vias de circulação;
 - b) escoamento das águas pluviais;
 - c) rede para o abastecimento de água potável; e
 - d) soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.
- O projeto de parcelamento do solo deverá atender estritamente aos critérios e requisitos mínimos definidos pela Lei Federal nº 6766/1979;
- Todos os empreendimentos deverão apresentar, juntamente com o estudo ambiental específico, um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil contendo, minimamente, as informações referentes à caracterização dos resíduos, triagem, acondicionamento, transporte e disposição final, em atendimento às Resoluções CONAMA nº 307/2002 e 348/2004.
- No caso do licenciamento ambiental de empreendimentos localizados na zona de amortecimento de unidades de conservação (UC), somente serão formalizados com a anuência do órgão gestor, e seus conselhos consultivos e deliberativos, observada a Resolução CONAMA nº 428/2010 e alterações legais;
- Caso o empreendimento esteja localizado num raio de até 10 Km de áreas indígenas ou de interesse da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), deve-se apresentar informação georreferenciada da área de licenciamento que será encaminhada pela secretaria municipal de Meio Ambiente à FUNAI, dando ciência da atividade a ser desenvolvida;
- Caso as obras produzam ruídos fora dos limites do terreno do empreendimento, que ultrapassem os limites previstos na lei específica do município, deverão ser adotadas medidas para minimização os ruídos e vibrações decorrentes das atividades;
- Caso previsto na legislação municipal (conforme artigo 36 da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades) o empreendedor deve apresentar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV);
- Caso o empreendimento preveja, na fase obras, a instalação de posto de abastecimento e lavador de veículos, estes deverão ser licenciados em processos à parte, específicos para tais atividades;
- A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de _____ estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:
 - a) O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.
 - b) O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.
 - c) O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.

3. LISTA DE DOCUMENTOS

Documentos gerais

- Requerimento - Modelo SEMMA (caso a secretaria já disponha de algum modelo);
- DIA – Declaração de Informações Ambientais (assinatura reconhecida em cartório);
- Documento de Arrecadação Municipal – DAM;
- Recorte da publicação do requerimento em jornal local, regional ou estadual;
- Cópias autenticadas do CNPJ e Inscrição Estadual/Municipal;
- Cópias autenticadas dos documentos pessoais do representante legal do empreendimento (RG, CPF e/ou CNH);
- Cópias autenticadas dos documentos pessoais do representante legal do responsável técnico pelo projeto (RG, CPF e/ou CNH);
- Contrato social ou estatuto da empresa;
- Cópia autenticada do(s) documento(s) de identificação do(s) sócio(s);
- Cópia autenticada dos registros de propriedade do imóvel;
- Cópia da certidão vintenária do imóvel;
- Certidão de uso e ocupação do solo expedida pela prefeitura local;
- Alvará da prefeitura;

Para solicitação de Licença Única (para empreendimentos destinados a habitações de interesse social, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 412/2009)

- Relatório Ambiental Simplificado (RAS), conforme modelo apresentado no **Anexo I** deste Termo de Referência, apresentado em, no mínimo 02 (duas) vias, em formato A4 e 01 (uma) via em formato digital. As ilustrações, mapas, plantas e desenhos que não puderem ser apresentados desta forma deverão constituir um volume em anexo;
- Autorização de Supressão da Vegetação (ASV), caso necessário;
- ART do RAS e projetos auxiliares.

Para solicitação de LP

Para empreendimentos de micro e pequeno porte:

- Relatório de Controle Ambiental Simplificado (RCAS), conforme modelo apresentado no **Anexo II** deste Termo de Referência, apresentado em, no mínimo 02 (duas) vias, em formato A4 e 01 (uma) via em formato digital. As ilustrações, mapas, plantas e desenhos que não puderem ser apresentados desta forma deverão constituir um volume em anexo;
- ART do RCAS e projetos auxiliares.

Para empreendimentos de médio e grande porte:

- Relatório de Controle Ambiental (RCA), conforme modelo apresentado no **Anexo III** deste Termo de Referência, apresentado em, no mínimo 02 (duas) vias, em formato A4 e 01 (uma) via em formato digital. As ilustrações, mapas, plantas e desenhos que não puderem ser apresentados desta forma deverão constituir um volume em anexo;
- ART do RCA e projetos auxiliares.

Para solicitação de LI

Para empreendimentos de micro e pequeno porte:

- Cópia da LP e notificação;
- Relatório de atendimento às condicionantes da LP;
- Projeto de Controle Ambiental Simplificado (PCAS), conforme modelo apresentado no **Anexo IV** deste Termo de Referência, apresentado em, no mínimo 02 (duas) vias, em formato A4 e 01 (uma)

via em formato digital. As ilustrações, mapas, plantas e desenhos que não puderem ser apresentados desta forma deverão constituir um volume em anexo;

- Autorização de Supressão da Vegetação (ASV), caso necessário;
- ART do PCAS e projetos auxiliares;
- Habite-se do Corpo de Bombeiros.

Para empreendimentos de médio e grande porte:

- Cópia da LP e notificação;
- Relatório de atendimento às condicionantes da LP;
- Projeto de Controle Ambiental Simplificado (PCA), conforme modelo apresentado no **Anexo V** deste Termo de Referência, apresentado em, no mínimo 02 (duas) vias, em formato A4 e 01 (uma) via em formato digital. As ilustrações, mapas, plantas e desenhos que não puderem ser apresentados desta forma deverão constituir um volume em anexo;
- Autorização de Supressão da Vegetação (ASV), caso necessário;
- ART do PCA e projetos auxiliares;
- Habite-se do Corpo de Bombeiros.

Para solicitação de LO (todos os empreendimentos que obtiveram a LI):

- Cópia da LI e notificação;
- Relatório de atendimento às condicionantes da LI;
- Habite-se do Corpo de Bombeiros.

4. LEGISLAÇÃO APLICADA

Lei Federal nº 6.938/81, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;

Lei Federal nº 6766/1979, dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências;

Resolução CONAMA nº 237/1997, regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente;

Resolução CONAMA nº 307/2002, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Resolução CONAMA nº 348/2004, altera a Resolução CONAMA nº 307/2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.

Resolução CONAMA nº 412 /2009, estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social.

Resolução COEMA nº 120/2015, que dispõe sobre as atividades de impacto ambiental local de competência dos Municípios do Pará, e dá outras providências.

Lei Municipal nº XXX/xx (se houver)

ANEXO I

MODELO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO (RAS) PARA REQUERIMENTO DE LICENÇA ÚNICA PARA LOTEAMENTO DE SOLO URBANO EXCLUSIVO OU PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL COM MENOS DE 100 HECTARES, PARA EMPREENDIMENTOS DESTINADOS A HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CONAMA N° 412/2009

O RAS deverá conter obrigatoriamente e, no mínimo, todas as informações solicitadas abaixo, no formato e ordem em que são apresentadas. Este modelo não pretende esgotar todas as questões relativas aos impactos ambientais da implantação de projetos de parcelamento do solo urbano. Cabe à empresa responsável por sua elaboração justificar a exclusão de alguns itens previstos bem como a inclusão de outros considerados importantes para a discussão e avaliação da qualidade ambiental do empreendimento.

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 Identificação do empreendedor/solicitante

Nome do representante legal do empreendimento (ou representante com delegação de competência):

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

Condição do empreendedor:

() Proprietário () Arrendatário () Parceiro () Posseiro () Outros

1.2 Identificação do empreendimento

Razão Social:

Nome Fantasia:

CPF/CNPJ:

Inscrição Municipal:

Inscrição Estadual:

Endereço do empreendimento:

Distrito/Bairro:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Programa de Qualificação Técnica do Licenciamento



Website/e-mail:

Referência adicional para localização:

Localização geográfica:

Preencha a coordenada desejada em um dos formatos abaixo:

OBS: poderão ser em formato LAT/LONG ou em formato UTM ou em ambos os formatos e deverão ser de um ponto que esteja aproximadamente no centro do terreno.

()	Formato Lat/Long	Latitude	Longitude
()	Formato UTM (X, Y)	X (6 dígitos. Não considerar casas decimais) =	Y (7 dígitos. Não considerar casas decimais) =
		Fuso	() 22 () 23 () 24

Atenção: Apresentar ao final deste RAS, croqui indicando as vias de acesso ao empreendimento, a partir de um ponto de fácil localização, devidamente discriminado, localizado na área urbana do município.

Os dados de correspondência são os mesmos do empreendimento?

() Sim () Não - preencha os campos abaixo

Endereço para correspondência:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Trata-se de licença para ampliação/ modificação de empreendimento já licenciado?

() Não

() Sim - Preencher:

Nº do Processo da última licença do empreendimento:

Área total antes da ampliação/modificação (ha²):

Área total prevista após ampliação/modificação (ha²):

1.3 Identificação do responsável técnico do empreendimento

Tipo de vínculo do responsável técnico com o solicitante:

() Funcionário () Consultor () Colaborador () O próprio

Nome:

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Registro no Conselho de Classe:

ART/outro:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Programa de Qualificação Técnica do Licenciamento



Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

1.4 Identificação do responsável pelo RAS do empreendimento

Tipo de vínculo do responsável técnico com o solicitante:

() Funcionário () Consultor () Colaborador () O próprio

Nome:

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Registro no Conselho de Classe:

ART/outro:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2.1 Caracterização geral

2.1.1 Nome do empreendimento:

2.1.2 Tipologia do empreendimento (de acordo com a Resolução COEMA nº 120/2015):

	Área total* (ha)	Porte do empreendimento	Potencial Poluidor/Degradador
()	≤ 10	Micro	III
()	> 10 = 20	Pequeno	III
()	> 20 = 50	Médio	III

(*) Considera-se Área Total a dimensão da gleba de origem do loteamento (não confundir com área a ser parcelada)

2.1.3 Área total da gleba de origem do loteamento (ha):

2.1.4 Área a ser parcelada (ha):

2.1.5 Taxa de ocupação:

2.1.6 Nº de unidades habitacionais:

2.1.7 Densidade populacional bruta* (D):

(*): Corresponde à relação entre a população prevista para ocupar o empreendimento na sua fase de saturação e a área total do empreendimento, sendo expressa em "habitantes/hectare".

2.1.8 Objetivos econômicos e sociais do empreendimento;

2.1.9 Compatibilização do projeto com o Plano Diretor Municipal, legislação urbanística e planos de desenvolvimento ambiental e socioeconômico existentes no município;

2.1.10 Justificativa da localização do empreendimento do ponto de vista urbanístico e ambiental.

2.2 Descrições sobre o empreendimento

A descrição do parcelamento do solo proposto ou em processo de implantação consiste de estudos que comprovem a viabilidade ambiental, do empreendimento a ser parcelado e licenciado contendo, no mínimo:

- 2.2.1** Mapa de situação do empreendimento, em carta do IBGE, delimitando o empreendimento e a gleba de onde ele será desmembrado, indicando o posicionamento frente à divisão políticoadministrativa, áreas ocupadas, à rede hidrográfica regional, às Unidades de Conservação da região, ao sistema viário principal e aos bairros e/ou distritos situados no seu entorno e outros elementos que mereçam destaque.
- 2.2.2** Mapa em escala mínima de 1:10.000, indicando o posicionamento do empreendimento frente à rede hidrográfica local; às Unidades de Conservação do entorno; às Áreas Tombadas; às áreas de interesse cultural e/ou etnológicas da comunidade, à sítios naturais ou monumentos arqueológicos e a articulação do sistema viário com o entorno e indicando ainda, as áreas rurais, urbanas e de expansão urbana.
- 2.2.3** Planta de uso do solo da gleba onde será instalado o empreendimento e de seu entorno imediato, delimitando a área do parcelamento e indicando os cursos d'água e áreas úmidas, a vegetação, os ambientes florestais, o sistema viário existente e as áreas ocupadas.
- 2.2.4** Estudo urbanístico proposto para o parcelamento, sobre base planialtimétrica, com curvas de nível de metro em metro, cotado, apresentando interseções de acesso e traçado do sistema viário hierarquizado e sua articulação com arruamentos contíguos, subdivisão de quadras e lotes, indicação de áreas verdes, institucionais, "*non ædificandi*", as áreas selecionadas para preservação permanente e demais áreas verdes, distinguindo as áreas destinadas ao uso público e as áreas de propriedade particular.
- 2.2.5** Mapa de declividade do loteamento identificando os intervalos 0 a 30%, 30 a 50% e maior que 50%, superposto ao estudo urbanístico proposto para a área.
- 2.2.6** Mapa geológico-geotécnico da gleba, com caracterização dos solos quanto à susceptibilidade a erosão.
- 2.2.7** Seções transversais-tipo das vias projetadas.
- 2.2.8** Quadro estatístico da distribuição de áreas propostas para o empreendimento, apresentando as áreas destinadas ao domínio público (sistema viário, áreas verdes e institucionais) e áreas de propriedade particular (lotes, áreas remanescentes).
- 2.2.9** Estudos florístico e faunístico da área do empreendimento e apresentação de dados referentes a qualificação e dimensão das áreas a serem submetidas à supressão vegetal.
- 2.2.10** Indicação das espécies a serem utilizadas na arborização do sistema viário e espaços públicos de recreação, bem como na revegetação ou recuperação de alguma área, porventura, degradada;
- 2.2.11** Indicação de áreas de empréstimo e/ou de bota-fora a serem utilizados nas obras de instalação do empreendimento, conforme previsão de terraplanagem.
- 2.2.12** Estudos do meio socioeconômico: caracterização geral do município do ponto de vista das condições sociais e econômicas da população, principais atividades econômicas, saneamento básico, equipamentos urbanos, sistema viário e de transportes, uso e ocupação do solo no entorno. Relacionar esses estudos com a área a ser loteada, visando verificar a viabilidade do empreendimento frente à integração do mesmo com a infraestrutura existente no município.
- 2.2.13** Parâmetros urbanísticos a serem adotados na operação do empreendimento, considerando as normas municipais em vigor.

- 2.2.14** Esclarecimentos sobre como será feito o atendimento aos futuros moradores pelos serviços públicos de educação, saúde, segurança e por transportes coletivos.
- 2.2.15** Manifestação da empresa concessionária de energia elétrica na região, sobre a capacidade de atendimento à demanda a ser gerada pela implantação do loteamento.
- 2.2.16** Estudo para o sistema de drenagem pluvial, identificando as prováveis sub-bacias de drenagem e os dispositivos destinados à dissipação de energia e amortecimento de cheias. Deverão também ser avaliadas as consequências para as áreas de jusante decorrente da concentração de vazões promovida pelo sistema de drenagem, pela impermeabilização do solo e pela remoção da vegetação.
- 2.2.17** Propostas, para solução das questões referentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário. Se o abastecimento de água for realizado por terceiros, apresentar uma manifestação destes atestando a viabilidade do abastecimento. Quanto ao esgotamento sanitário, deverá ser demonstrada a capacidade do corpo receptor - solo ou água - à luz do disposto na Resolução CONAMA nº 430/2011, para receber os efluentes. Também deverá ter solução, o tratamento da fase sólida. Na hipótese da utilização do solo para a infiltração do esgoto, apresentar os resultados de sondagens capazes de identificar as características do solo e a posição do lençol freático.
- 2.2.18** O estudo deverá conter uma solução ambientalmente adequada, para a disposição final dos resíduos sólidos.
- 2.2.19** Cronograma físico de implantação do empreendimento permitindo a identificação das possíveis etapas de execução destas obras e de prováveis ampliações. Este cronograma deverá conter inclusive as seguintes informações sobre as etapas de execução: descrições das ações de limpeza do terreno, remoção de vegetação e espécies da fauna, movimentação de terra; localização e dimensionamento proposto para as instalações do canteiro de obras; descrição dos equipamentos e técnicas construtivas a serem utilizadas na implantação do empreendimento; localização e caracterização das áreas de empréstimo e bota-fora; descrição sucinta das ações de controle de resíduos sólidos, líquidos e gasosos gerados durante a execução das obras.

2.3 Prognóstico dos Impactos Ambientais

O prognóstico dos impactos ambientais deverá identificar e analisar os efeitos ambientais da implantação do empreendimento considerando os aspectos estudados, no sentido de orientar a adoção de medidas mitigadoras e compensatórias, nas fases de planejamento, execução de obras e ocupação.

2.4 Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Apresentação das medidas, equipamentos ou procedimentos, de natureza preventiva, corretiva ou compensatória que serão utilizadas para mitigação dos impactos negativos sobre os fatores físicos, bióticos e socioeconômicos ou reduzir sua magnitude, em cada fase do empreendimento.

2.4.1 Fase de Instalação do empreendimento

- redução das interferências e transtornos à população, no que se refere às emissões atmosféricas, ruídos e tráfego de máquinas;
- controle dos impactos resultantes das obras de terraplanagem (erosão e instabilidade do solo);
- mitigação da retirada de cobertura vegetal;
- proteção a nascentes, cursos d'água e lagoas existentes no local e seu entorno;
- proteção ao patrimônio histórico e paisagístico;
- mitigação do incremento da impermeabilização do solo;
- mitigação dos efeitos do lançamento das águas pluviais em seus respectivos pontos;
- destinação final adequada para efluentes sanitários e resíduos sólidos gerados no canteiro de obras e demais instalações de apoio administrativo.

2.4.2 Fase de Ocupação do empreendimento

- mitigação dos impactos referentes ao incremento de população, estimada de acordo com os parâmetros de uso e ocupação do solo, adotados pela legislação urbanística municipal, para a operação do empreendimento;
- garantia de atendimento à população estimada, por serviços públicos de educação, saúde, segurança e por transporte coletivo;
- tratamento e disposição final de efluentes sanitários do empreendimento;
- coleta e destino final de resíduos sólidos urbanos;
- arborização do sistema viário e espaços públicos de convívio;
- recuperação e revegetação das áreas degradadas e comprometidas com preservação.

2.5 Planos de monitoramento

O monitoramento proposto deverá abordar, no mínimo:

- obras destinadas a contenção de encostas e drenagem pluvial;
- acompanhamento do desenvolvimento da revegetação e paisagismo.

3. Programas Ambientais de Controle e Mitigação

Apresentar, detalhadamente, os projetos executivos referentes às medidas mitigadoras e os programas ambientais propostos no RAS. Informações sobre as medidas mitigadoras e compensatórias e projetos de controle ambiental, que devem abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Drenagem pluvial;
- Contenção de encostas/aterros;
- Recomposição florestal nas áreas de APP;
- Arborização viária;
- Recuperação de áreas degradadas;

- Proteção dos recursos hídricos (assoreamento)
- Controle e sinalização do tráfego de máquinas.

5. ANEXOS QUE ACOMPANHAM O RAS

Marcar os anexos que acompanham este RAS

- () Anexo I - **Croqui indicando as vias de acesso ao empreendimento**, a partir de um ponto de fácil localização, devidamente discriminado, localizado na área urbana do município
- () Anexo II - **Relatório fotográfico e cronograma executivo das etapas de implantação do empreendimento**, diferenciando as etapas já concluídas e as em andamento
- () Anexo III - **Planta de localização do empreendimento** em escala adequada mínima 1:500, com informações cartográficas de base, destacando:
1. Os limites do empreendimento;
 2. O tipo de ocupação da área de entorno, conforme identificado no item 2.5, a seguir;
 3. Coordenadas geográficas;
 4. Para o caso de ampliação, indicar área a ser ampliada;
 5. Limites das propriedades confrontantes;
 6. Delimitação de áreas a serem preservadas de desmatamento;
 7. Delimitação das áreas de preservação permanente conforme resolução CONAMA n.º 369/2006;
 8. Rede hidrográfica e pontos de lançamento de efluentes.
- () Anexo III - **Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil**
- () Anexo IV - **Anuência do órgão gestor da UC e suas recomendações**
- () Anexo V - **Anuência do IBAMA ou órgão competente para a intervenção/ supressão em área cárstica**
- () Anexo VI - **Cópia do documento de averbação de Reserva Legal no registro de imóvel**, ou protocolo de solicitação de averbação
- () Anexo VII - **Lista de espécies endêmicas e ameaçadas, da fauna e flora, na área de vegetação suprimida**
- () Anexo VIII - **Cópia da outorga de captação de água**, ou protocolo do processo
- () Anexo IX - **Cópia da anuência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT ou órgão estadual competente**
- () Anexo X - **Declaração de comprovação de ausência de riscos**, como a interferência na drenagem natural do solo, que podem causar alagamentos para as áreas vizinhas, em caso de aterramentos da área, com a assinatura do responsável técnico.
- () Anexo XI - **Cópia do Certificado no Sistema de Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais** emitido pelo CEPROF - PA, ou protocolo de solicitação

Programa de Qualificação Técnica do Licenciamento



- () Anexo XII - **Identificação da avaliação dos prováveis impactos ambientais sobre os aspectos físicos, os bióticos e os socioeconômicos decorrentes da instalação do empreendimento.**
- () Anexo XIII - **Medidas mitigadoras propostas e as ações de controle ambiental** - Ações de controle ambiental devem prever as medidas, os equipamentos ou os procedimentos que serão utilizados para reduzir ou evitar as principais consequências negativas do projeto, especificadas de acordo com as fases do empreendimento (implantação e operação).
- () Anexo XIV - **Outros anexos:**

ANEXO II

MODELO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE CONTROLE AMBIENTAL SIMPLIFICADO (RCAS) PARA REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA PARA LOTEAMENTO DE SOLO URBANO EXCLUSIVO OU PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL COM MENOS DE 100 HECTARES

O RCAS deverá conter obrigatoriamente e, no mínimo, todas as informações solicitadas abaixo, seguindo a itemização apresentada. Este modelo não pretende esgotar todas as questões relativas aos impactos ambientais da implantação de projetos de parcelamento do solo urbano. Cabe à empresa responsável por sua elaboração justificar a exclusão de alguns itens previstos bem como a inclusão de outros considerados importantes para a discussão e avaliação da qualidade ambiental do empreendimento.

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 Identificação do empreendedor/solicitante

Nome do representante legal do empreendimento (ou representante com delegação de competência):

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

Condição do empreendedor:

() Proprietário () Arrendatário () Parceiro () Posseiro () Outros

1.2 Identificação do empreendimento

Razão Social:

Nome Fantasia:

CPF/CNPJ:

Inscrição Municipal:

Inscrição Estadual:

Endereço do empreendimento:

Distrito/Bairro:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Website/e-mail:

Referência adicional para localização:

Programa de Qualificação Técnica do Licenciamento



Localização geográfica:

Preencha a coordenada desejada em um dos formatos abaixo:

OBS: poderão ser em formato LAT/LONG ou em formato UTM ou em ambos os formatos e deverão ser de um ponto que esteja aproximadamente no centro do terreno.

()	Formato Lat/Long	Latitude	Longitude
()	Formato UTM (X, Y)	X (6 dígitos. Não considerar casas decimais) =	Y(7 dígitos. Não considerar casas decimais) =
		Fuso	() 22 () 23 () 24

Atenção: Apresentar ao final deste RCAS, croqui indicando as vias de acesso ao empreendimento, a partir de um ponto de fácil localização, devidamente discriminado, localizado na área urbana do município.

Os dados de correspondência são os mesmos do empreendimento?

() Sim () Não - preencha os campos abaixo

Endereço para correspondência:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Trata-se de licença para ampliação/ modificação de empreendimento já licenciado?

() Não

() Sim - Preencher:

Nº do Processo da última licença do empreendimento:

Área total antes da ampliação/modificação (ha²):

Área total prevista após ampliação/modificação (ha²):

1.3 Identificação do responsável técnico do empreendimento

Tipo de vínculo do responsável técnico com o solicitante:

() Funcionário () Consultor () Colaborador () O próprio

Nome:

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Registro no Conselho de Classe:

ART/outro:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

1.4 Identificação do responsável pelo RCAS do empreendimento

Tipo de vínculo do responsável técnico com o solicitante:

() Funcionário () Consultor () Colaborador () O próprio

Nome:

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Registro no Conselho de Classe:

ART/outro:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2.1 Caracterização geral

2.1.1 Nome do empreendimento:

2.1.2 Tipologia do empreendimento (de acordo com a Resolução COEMA nº 120/2015):

	Área total* (ha)	Porte do empreendimento	Potencial Poluidor/Degradador
()	≤ 10	Micro	III
()	> 10 = 20	Pequeno	III
()	> 20 = 50	Médio	III

(*) Considera-se Área Total a dimensão da gleba de origem do loteamento (não confundir com área a ser parcelada)

2.1.3 Área total da gleba de origem do loteamento (ha):

2.1.3 Área total da gleba de origem do loteamento (ha):

2.1.4 Área a ser parcelada (ha):

2.1.5 Taxa de ocupação:

2.1.6 Nº de unidades habitacionais:

2.1.7 Densidade populacional bruta* (D):

(*): Corresponde à relação entre a população prevista para ocupar o empreendimento na sua fase de saturação e a área total do empreendimento, sendo expressa em "habitantes/hectare".

2.1.8 Objetivos econômicos e sociais do empreendimento;

2.1.9 Compatibilização do projeto com o Plano Diretor Municipal, legislação urbanística e planos de desenvolvimento ambiental e socioeconômico existentes no município;

2.1.10 Justificativa da localização do empreendimento do ponto de vista urbanístico e ambiental.

2.2 Descrição do empreendimento

Apresentar a descrição do parcelamento do solo proposto ou em processo de implantação, que consiste de estudos que comprovem a viabilidade ambiental, do empreendimento a ser parcelado e licenciado contendo, no mínimo:

- 2.2.1** Mapa de situação do empreendimento, em carta do IBGE, delimitando o empreendimento e a gleba de onde ele será desmembrado, indicando o posicionamento frente à divisão político-administrativa, áreas ocupadas, à rede hidrográfica regional, às Unidades de Conservação da região, ao sistema viário principal e aos bairros e/ou distritos situados no seu entorno e outros elementos que mereçam destaque.
- 2.2.2** Mapa em escala mínima de 1:10.000, indicando o posicionamento do empreendimento frente à rede hidrográfica local; às Unidades de Conservação do entorno; às áreas tombadas; às áreas de interesse cultural e/ou etnológicas da comunidade, à sítios naturais ou monumentos arqueológicos e a articulação do sistema viário com o entorno e indicando ainda, as áreas rurais, urbanas e de expansão urbana.
- 2.2.3** Planta de uso do solo da gleba onde será instalado o empreendimento e de seu entorno imediato, delimitando a área do parcelamento e indicando os cursos d'água e áreas úmidas, a vegetação, os ambientes florestais, o sistema viário existente e as áreas ocupadas.
- 2.2.4** Quadro estatístico da distribuição de áreas propostas para o empreendimento, apresentando as áreas destinadas ao domínio público (sistema viário, áreas verdes e institucionais) e áreas de propriedade particular (lotes, áreas remanescentes);
- 2.2.5** Mapa de declividade da área do loteamento, identificando os intervalos 0 a 30%, acima de 30% e acima de 100%, superposto ao estudo urbanístico proposto para a área, nos termos das faixas parceláveis e não parceláveis determinadas pela legislação;

3. ANEXOS QUE ACOMPANHAM O RCAS

Marcar os anexos que acompanham este RCAS

- () Anexo I - **Croqui indicando as vias de acesso ao empreendimento**, a partir de um ponto de fácil localização, devidamente discriminado, localizado na área urbana do município
- () Anexo II - **Relatório fotográfico da área a ser licenciada**
- () Anexo III - **Planta de localização do empreendimento** em escala adequada mínima 1:500, com informações cartográficas de base, destacando:
- Os limites do empreendimento;
 - O tipo de ocupação da área de entorno, conforme identificado no item 2.5, a seguir;
 - Coordenadas geográficas;
 - Para o caso de ampliação, indicar área a ser ampliada;
 - Limites das propriedades confrontantes;
 - Delimitação de áreas a serem preservadas de desmatamento;
 - Delimitação das áreas de preservação permanente conforme resolução CONAMA nº 369/2006;
 - Rede hidrográfica e pontos de lançamento de efluentes.
- () Anexo IV - **Cópia do documento de averbação de Reserva Legal no registro de imóvel**, ou protocolo de solicitação de averbação
- () Anexo V - **Outros anexos:**

ANEXO III

MODELO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE CONTROLE AMBIENTAL (RCA) PARA REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA PARA LOTEAMENTO DE SOLO URBANO EXCLUSIVO OU PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL COM MENOS DE 100 HECTARES

O RCA deverá conter obrigatoriamente e, no mínimo, todas as informações solicitadas abaixo, seguindo a itemização apresentada. Este modelo não pretende esgotar todas as questões relativas aos impactos ambientais da implantação de projetos de parcelamento do solo urbano. Cabe à empresa responsável por sua elaboração justificar a exclusão de alguns itens previstos bem como a inclusão de outros considerados importantes para a discussão e avaliação da qualidade ambiental do empreendimento.

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 Identificação do empreendedor/solicitante

Nome do representante legal do empreendimento (ou representante com delegação de competência):

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

Condição do empreendedor:

() Proprietário () Arrendatário () Parceiro () Posseiro () Outros

1.2 Identificação do empreendimento

Razão Social:

Nome Fantasia:

CPF/CNPJ:

Inscrição Municipal:

Inscrição Estadual:

Endereço do empreendimento:

Distrito/Bairro:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Website/e-mail:

Referência adicional para localização:

Programa de Qualificação Técnica do Licenciamento



Localização geográfica:

Preencha a coordenada desejada em um dos formatos abaixo:

OBS: poderão ser em formato LAT/LONG ou em formato UTM ou em ambos os formatos e deverão ser de um ponto que esteja aproximadamente no centro do terreno.

()	Formato Lat/Long	Latitude	Longitude
()	Formato UTM (X, Y)	X (6 dígitos. Não considerar casas decimais) =	Y(7 dígitos. Não considerar casas decimais) =
		Fuso	() 22 () 23 () 24

Atenção: Apresentar ao final deste RCA, croqui indicando as vias de acesso ao empreendimento, a partir de um ponto de fácil localização, devidamente discriminado, localizado na área urbana do município.

Os dados de correspondência são os mesmos do empreendimento?

() Sim () Não - preencha os campos abaixo

Endereço para correspondência:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Trata-se de licença para ampliação/ modificação de empreendimento já licenciado?

() Não

() Sim - Preencher:

Nº do Processo da última licença do empreendimento:

Área total antes da ampliação/modificação (ha²):

Área total prevista após ampliação/modificação (ha²):

1.3 Identificação do responsável técnico do empreendimento

Tipo de vínculo do responsável técnico com o solicitante:

() Funcionário () Consultor () Colaborador () O próprio

Nome:

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Registro no Conselho de Classe:

ART/outro:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

1.4 Identificação do responsável pelo RCA do empreendimento

Tipo de vínculo do responsável técnico com o solicitante:

() Funcionário () Consultor () Colaborador () O próprio

Nome:

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Registro no Conselho de Classe:

ART/outro:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2.1 Caracterização geral

2.1.1 Nome do empreendimento:

2.1.2 Tipologia do empreendimento (de acordo com a Resolução COEMA nº 120/2015):

	Área total* (ha)	Porte do empreendimento	Potencial Poluidor/Degradador
()	≤ 10	Micro	III
()	> 10 = 20	Pequeno	III
()	> 20 = 50	Médio	III

(*) Considera-se Área Total a dimensão da gleba de origem do loteamento (não confundir com área a ser parcelada)

2.1.3 Área total da gleba de origem do loteamento (ha):

2.1.3 Área total da gleba de origem do loteamento (ha):

2.1.4 Área a ser parcelada (ha):

2.1.5 Taxa de ocupação:

2.1.6 Nº de unidades habitacionais:

2.1.7 Densidade populacional bruta* (D):

(*): Corresponde à relação entre a população prevista para ocupar o empreendimento na sua fase de saturação e a área total do empreendimento, sendo expressa em "habitantes/hectare".

2.1.8 Objetivos econômicos e sociais do empreendimento;

2.1.9 Compatibilização do projeto com o Plano Diretor Municipal, legislação urbanística e planos de desenvolvimento ambiental e socioeconômico existentes no município;

2.1.10 Justificativa da localização do empreendimento do ponto de vista urbanístico e ambiental.

2.3 Descrição do empreendimento

Apresentar a descrição do parcelamento do solo proposto ou em processo de implantação, acompanhada de projetos e demais documentos necessários à análise ambiental, de modo a permitir avaliar a qualidade da alternativa técnica adotada para o empreendimento, do ponto de vista ambiental e sócioeconômico, apresentando também:

- 2.3.1** Estudo urbanístico proposto para o parcelamento, sobre base planialtimétrica, com curvas de nível de metro em metro, cotado, apresentando interseções de acesso e traçado do sistema viário hierarquizado e sua articulação com arruamentos contíguos, subdivisão de quadras e lotes, indicação de áreas verdes, institucionais, “*non ædificandi*”, as áreas selecionadas para preservação permanente e demais áreas verdes, distinguindo as áreas destinadas ao uso público e as áreas de propriedade particular.
- 2.3.2** Apresentação de dados referentes a qualificação e dimensão das áreas a serem submetidas à supressão vegetal;
- 2.3.4** Indicação de áreas de empréstimo e/ou de bota-fora a serem utilizados nas obras de instalação do empreendimento, conforme previsão de terraplanagem;

2.4 Cartografia básica

A descrição do empreendimento deverá ser acompanhada, no mínimo da seguinte cartografia básica:

- 2.4.1** Mapa de situação do empreendimento, em carta do IBGE, delimitando o empreendimento e a gleba de onde ele será desmembrado, indicando o posicionamento frente à divisão políticoadministrativa, áreas ocupadas, à rede hidrográfica regional, às Unidades de Conservação da região, ao sistema viário principal e aos bairros e/ou distritos situados no seu entorno;
- 2.4.2** Locação do perímetro da área em levantamento aerofotogramétrico (ortofoto) esc:1:10.000;
- 2.4.3** Mapa em escala mínima de 1:10.000, indicando o posicionamento do empreendimento frente à rede hidrográfica local; às Unidades de Conservação do entorno; às Áreas Tombadas; às áreas de interesse cultural e/ou etnológicas da comunidade, à sítios naturais ou monumentos arqueológicos e a articulação do sistema viário com o entorno e indicando ainda, as áreas rurais, urbanas e de expansão urbana;
- 2.4.4** Planta de uso do solo da gleba onde será instalado o empreendimento e de seu entorno imediato, delimitando a área do parcelamento e indicando os cursos d'água e áreas úmidas, a vegetação, os ambientes florestais, as áreas de preservação permanente, o sistema viário existente, as áreas ocupadas;
- 2.4.5** Mapa de declividades da gleba, identificando os intervalos 0 a 30%, acima de 30% e acima de 100% superposto ao estudo urbanístico, nos termos das faixas parceláveis e não parceláveis determinadas pela legislação;
- 2.4.6** Mapa geológico-geotécnico da gleba, com caracterização dos solos quanto à susceptibilidade a erosão.

3. ANEXOS QUE ACOMPANHAM O RCA

Marcar os anexos que acompanham este RCA

() Anexo I - **Croqui indicando as vias de acesso ao empreendimento**, a partir de um ponto de fácil localização, devidamente discriminado, localizado na área urbana do município

() Anexo II - **Relatório fotográfico da área a ser licenciada**

() Anexo III - **Planta de localização do empreendimento** em escala adequada mínima 1:500, com informações cartográficas de base, destacando:

- Os limites do empreendimento;
- O tipo de ocupação da área de entorno, conforme identificado no item 2.5, a seguir;
- Coordenadas geográficas;
- Para o caso de ampliação, indicar área a ser ampliada;
- Limites das propriedades confrontantes;
- Delimitação de áreas a serem preservadas de desmatamento;
- Delimitação das áreas de preservação permanente conforme resolução CONAMA nº 369/2006;
- Rede hidrográfica e pontos de lançamento de efluentes.

() Anexo IV - **Cópia do documento de averbação de Reserva Legal no registro de imóvel**, ou protocolo de solicitação de averbação

() Anexo V - **Outros anexos:**

ANEXO IV

MODELO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CONTROLE AMBIENTAL SIMPLIFICADO (PCAS) PARA REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA LOTEAMENTO DE SOLO URBANO EXCLUSIVO OU PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL COM MENOS DE 100 HECTARES

O PCA deverá conter obrigatoriamente e, no mínimo, todas as informações solicitadas abaixo, seguindo a itemização apresentada. Este modelo não pretende esgotar todas as questões relativas aos impactos ambientais da implantação de projetos de parcelamento do solo urbano. Cabe à empresa responsável por sua elaboração justificar a exclusão de alguns itens previstos bem como a inclusão de outros considerados importantes para a discussão e avaliação da qualidade ambiental do empreendimento.

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 Identificação do empreendedor/solicitante

Nome do representante legal do empreendimento (ou representante com delegação de competência):

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

Condição do empreendedor:

() Proprietário () Arrendatário () Parceiro () Posseiro () Outros

1.2 Identificação do empreendimento

Razão Social:

Nome Fantasia:

CPF/CNPJ:

Inscrição Municipal:

Inscrição Estadual:

Endereço do empreendimento:

Distrito/Bairro:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Website/e-mail:

Referência adicional para localização:

Programa de Qualificação Técnica do Licenciamento



Os dados de correspondência são os mesmos do empreendimento?

() Sim () Não - preencha os campos abaixo

Endereço para correspondência:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Trata-se de licença para ampliação/ modificação de empreendimento já licenciado?

() Não

() Sim - Preencher:

Nº do Processo da última licença do empreendimento:

Área total antes da ampliação/modificação (ha²):

Área total prevista após ampliação/modificação (ha²):

1.3 Identificação do responsável técnico do empreendimento

Tipo de vínculo do responsável técnico com o solicitante:

() Funcionário () Consultor () Colaborador () O próprio

Nome:

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Registro no Conselho de Classe:

ART/outro:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

1.4 Identificação do responsável pelo RCA do empreendimento

Tipo de vínculo do responsável técnico com o solicitante:

() Funcionário () Consultor () Colaborador () O próprio

Nome:

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Registro no Conselho de Classe:

ART/outro:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2.1 Caracterização geral

2.1.1 Nome do empreendimento:

2.1.2 Tipologia do empreendimento (de acordo com a Resolução COEMA nº 120/2015):

	Área total* (ha)	Porte do empreendimento	Potencial Poluidor/ Degrador
()	≤ 10	Micro	III
()	> 10 = 20	Pequeno	III
()	> 20 = 50	Médio	III

(*) Considera-se Área Total a dimensão da gleba de origem do loteamento (não confundir com área a ser parcelada)

2.1.3 Área total da gleba de origem do loteamento (ha):

2.1.4 Área a ser parcelada (ha):

2.1.5 Taxa de ocupação:

2.1.6 Nº de unidades habitacionais:

2.1.7 Densidade populacional bruta* (D):

(*): Corresponde à relação entre a população prevista para ocupar o empreendimento na sua fase de saturação e a área total do empreendimento, sendo expressa em "habitantes/hectare".

2.2 Descrição do empreendimento

2.2.1 Projetos executivos e informações gerais:

- Descrição dos procedimentos de limpeza do terreno, remoção de vegetação e espécies da fauna, movimento de terra;
- Localização, dimensionamento e descrição proposto para as instalações do canteiro de obras;
- Descrição dos equipamentos e técnicas construtivas a serem utilizadas na implantação do empreendimento;
- Localização e caracterização das áreas de empréstimo e bota-fora;
- Projeto Urbanístico e Paisagístico, indicando os parâmetros urbanísticos a serem adotados na ocupação do empreendimento, considerando as normas municipais em vigor;
- Projeto do sistema de drenagem de águas pluviais e destino final;
- Estudo para o sistema de drenagem pluvial, identificando as prováveis sub-bacias de drenagem, e os dispositivos destinados à dissipação de energia e amortecimento de cheias. Deverão também ser avaliadas as consequências para as áreas de jusante decorrente da concentração de vazões promovida pelo sistema de drenagem, pela impermeabilização do solo e pela remoção da vegetação;
- Apresentar plantas e projetos das instalações, ETA's, ETE's e demais sistemas de tratamento de efluentes líquidos;
- Mão de obra empregada na fase de Instalação (total de trabalhadores, trabalhadores por setor e por turnos de trabalho).

2.2.2 Abastecimento de água e efluentes líquidos

- Especificar o sistema de abastecimento de água para o uso industrial e doméstico (fonte, forma de captação e quantidade utilizada);
- Autorização de utilização de recurso hídrico subterrâneo expedido pela SEMA-PA, se for o caso;
- Reservação (número de reservatórios e capacidade);
- Quantificação e qualificação dos efluentes líquidos, descrevendo o sistema de coleta, transporte, tratamento e disposição final:
 - Esgoto sanitário;
 - Lavagem de vias, equipamentos e veículos;
 - Águas pluviais.
- Apresentar plano de monitoramento para os efluentes do sistema de esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais;

2.2.3 Resíduos sólidos

- Apresentar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, relacionando todos os resíduos gerados, local de geração, produção diária, características, classificação, processamentos, acondicionamento, período de armazenamento e destino interno e externo, de acordo com o estabelecido na Resolução CONAMA nº307/2002;
- Em caso de serviço terceirizado de coleta, apresentar horário de coleta, certificado de funcionamento, tipo de transporte, acondicionamento, tratamento e destino final, assim como respectivas notas fiscais;
- Apresentar tipo de acondicionamento, tratamento e destino final de produtos perigosos (lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias e resíduo de ambulatório);

2.2.4 Especificar as fontes de energia empregadas:

- Utilização de grupos geradores (especificar);
- Previsão de uso diário e horário de funcionamento dos geradores;
- Consumo de diesel estimado;
- Apresentar medidas de proteção acústica e vibratória dos geradores;
- Manifestação da empresa concessionária de energia elétrica da região, sobre a capacidade de atendimento a demanda ser gerada pela implantação do loteamento.

2.2.5 Emissões atmosféricas

- Relacionar todos os tipos de efluentes atmosféricos, indicando a sua origem e composição;
- Apresentar os tipos de equipamentos e medidas de controle.

2.2.6 Poluição sonora e vibração

- Identificar as fontes geradoras e horários de funcionamento;
- Apresentar medidas e equipamentos de controle e mitigação;

3. Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Apresentar as medidas, equipamentos ou procedimentos, de natureza preventiva, corretiva ou compensatória que serão utilizados para mitigação dos impactos negativos sobre os fatores físicos, bióticos e socioeconômicos ou reduzir sua magnitude, em cada fase do empreendimento.

3.1 Fase de Instalação do empreendimento

- Redução das interferências e transtornos à população, no que se refere às emissões atmosféricas, ruídos e tráfego de máquinas;
- Controle dos impactos resultantes das obras de terraplanagem (erosão e instabilidade do solo);
- Coleta e destino final dos resíduos sólidos domésticos e da construção civil;
- Mitigação da retirada de cobertura vegetal e afugentamento da fauna local;
- Proteção a nascentes, cursos d'água e lagoas existentes no local e seu entorno;
- Proteção ao patrimônio histórico e paisagístico;
- Mitigação do incremento da impermeabilização do solo;
- Mitigação dos efeitos do lançamento das águas pluviais em seus respectivos pontos;
- Destinação final adequada para efluentes sanitários e resíduos sólidos gerados no canteiro de obras e demais instalações de apoio administrativo.

3.2 Fase de Ocupação do empreendimento

- Mitigação dos impactos referentes ao incremento de população, estimada de acordo com os parâmetros de uso e ocupação do solo, adotados pela legislação urbanística municipal, para a operação do empreendimento;
- Atendimento à população estimada, por serviços públicos de educação, saúde, segurança e por transporte coletivo;
- Tratamento e disposição final de efluentes sanitários do empreendimento;
- Coleta e destino final de resíduos sólidos urbanos;
- Arborização do sistema viário e espaços públicos de convívio;
- Recuperação e revegetação das áreas degradadas e comprometidas com preservação.

4. Planos de monitoramento

O monitoramento proposto deverá abordar, no mínimo:

- Obras destinadas a contenção de encostas e drenagem pluvial;
- Acompanhamento do desenvolvimento da revegetação e paisagismo.

5. Equipe técnica

Apresentar a equipe técnica responsável pelos projetos executivos, urbanístico, paisagístico, de monitoramento etc., com cópias dos respectivos registros em conselho de classe.

6. ANEXOS QUE ACOMPANHAM O PCAS

Marcar os anexos que acompanham este PCAS

- () Anexo I - **Croqui indicando as vias de acesso ao empreendimento**, a partir de um ponto de fácil localização, devidamente discriminado, localizado na área urbana do município
- () Anexo II - **Relatório fotográfico da área e cronograma executivo das etapas de implantação do empreendimento**, diferenciando as etapas já concluídas e as em andamento
- () Anexo III - **Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil**
- () Anexo IV - **Anuência do órgão gestor da UC e suas recomendações**
- () Anexo V - **Anuência do IBAMA ou órgão competente para a intervenção/ supressão em área cárstica**
- () Anexo VI - **Cópia do documento de averbação de Reserva Legal no registro de imóvel**, ou protocolo de solicitação de averbação
- () Anexo VII - **Lista de espécies endêmicas e ameaçadas, da fauna e flora, na área de vegetação suprimida**
- () Anexo VIII - **Cópia da outorga de captação de água**, ou protocolo do processo
- () Anexo IX - **Cópia da anuência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT ou órgão estadual competente**
- () Anexo X - **Declaração de comprovação de ausência de riscos**, como a interferência na drenagem natural do solo, que podem causar alagamentos para as áreas vizinhas, em caso de aterramentos da área, com a assinatura do responsável técnico.
- () Anexo XI - Cópia do **Certificado no Sistema de Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais** emitido pelo CEPROF - PA, ou protocolo de solicitação
- () Anexo XII - **Identificação da avaliação dos prováveis impactos ambientais sobre os aspectos físicos, os bióticos e os socioeconômicos decorrentes da instalação do empreendimento.**
- () Anexo XIII - **Medidas mitigadoras propostas e as ações de controle ambiental** - Ações de controle ambiental devem prever as medidas, os equipamentos ou os procedimentos que serão utilizados para reduzir ou evitar as principais consequências negativas do projeto, especificadas de acordo com as fases do empreendimento (implantação e operação).
- () Anexo XIV - **Outros anexos:**

ANEXO V

MODELO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CONTROLE AMBIENTAL (PCA) PARA REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA LOTEAMENTO DE SOLO URBANO EXCLUSIVO OU PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL COM MENOS DE 100 HECTARES

O PCA deverá conter obrigatoriamente e, no mínimo, todas as informações solicitadas abaixo, seguindo a itemização apresentada. Este modelo não pretende esgotar todas as questões relativas aos impactos ambientais da implantação de projetos de parcelamento do solo urbano. Cabe à empresa responsável por sua elaboração justificar a exclusão de alguns itens previstos bem como a inclusão de outros considerados importantes para a discussão e avaliação da qualidade ambiental do empreendimento.

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 Identificação do empreendedor/solicitante

Nome do representante legal do empreendimento (ou representante com delegação de competência):

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

Condição do empreendedor:

() Proprietário () Arrendatário () Parceiro () Posseiro () Outros

1.2 Identificação do empreendimento

Razão Social:

Nome Fantasia:

CPF/CNPJ:

Inscrição Municipal:

Inscrição Estadual:

Endereço do empreendimento:

Distrito/Bairro:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Website/e-mail:

Referência adicional para localização:

Programa de Qualificação Técnica do Licenciamento



Os dados de correspondência são os mesmos do empreendimento?

() Sim () Não - preencha os campos abaixo

Endereço para correspondência:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Trata-se de licença para ampliação/ modificação de empreendimento já licenciado?

() Não

() Sim - Preencher:

Nº do Processo da última licença do empreendimento:

Área total antes da ampliação/modificação (ha²):

Área total prevista após ampliação/modificação (ha²):

1.3 Identificação do responsável técnico do empreendimento

Tipo de vínculo do responsável técnico com o solicitante:

() Funcionário () Consultor () Colaborador () O próprio

Nome:

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Registro no Conselho de Classe:

ART/outro:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

1.4 Identificação do responsável pelo RCA do empreendimento

Tipo de vínculo do responsável técnico com o solicitante:

() Funcionário () Consultor () Colaborador () O próprio

Nome:

Doc. Identidade:

Órgão emissor / UF:

CPF:

Registro no Conselho de Classe:

ART/outro:

Endereço:

Distrito/Bairro:

Caixa Postal:

CEP:

Município:

UF:

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2.1 Caracterização geral

2.1.1 Nome do empreendimento:

2.1.2 Tipologia do empreendimento (de acordo com a Resolução COEMA nº 120/2015):

	Área total* (ha)	Porte do empreendimento	Potencial Poluidor/Degradador
()	≤ 10	Micro	III
()	> 10 = 20	Pequeno	III
()	> 20 = 50	Médio	III

(*) Considera-se Área Total a dimensão da gleba de origem do loteamento (não confundir com área a ser parcelada)

2.1.3 Área total da gleba de origem do loteamento (ha):

2.1.3 Área total da gleba (ha):

2.1.4 Área a ser parcelada (ha):

2.1.5 Taxa de ocupação:

2.1.6 Nº de unidades habitacionais:

2.1.7 Densidade populacional bruta* (D):

(*): Corresponde à relação entre a população prevista para ocupar o empreendimento na sua fase de saturação e a área total do empreendimento, sendo expressa em "habitantes/hectare".

2.2 Descrição do empreendimento

2.2.1 Projetos executivos e informações gerais:

- Descrição dos procedimentos de limpeza do terreno, remoção de vegetação e espécies da fauna, movimento de terra;
- Localização, dimensionamento e descrição proposto para as instalações do canteiro de obras;
- Descrição dos equipamentos e técnicas construtivas a serem utilizadas na implantação do empreendimento;
- Localização e caracterização das áreas de empréstimo e bota-fora;
- Projeto Urbanístico e Paisagístico, indicando os parâmetros urbanísticos a serem adotados na ocupação do empreendimento, considerando as normas municipais em vigor;
- Projeto de Arquitetura das habitações e área condominial;
- Projeto de instalação hidro-sanitárias das habitações, piscinas, etc
- Relatório de sondagem da área do projeto;
- Apresentar as curvas equipotenciométricas do aquífero sob o terreno, com níveis de água encontrados, para determinação da zona de recarga do mesmo;
- Determinar o volume de corte e aterramento do nivelamento do terreno, juntamente com a comprovação da origem do material de aterro e plano de construção de encostas e taludes;
- Projeto do sistema de drenagem de águas pluviais e destino final;
- Estudo para o sistema de drenagem pluvial, identificando as prováveis sub-bacias de drenagem, e os dispositivos destinados à dissipação de energia e amortecimento de cheias. Deverão também ser avaliadas as consequências para as áreas de jusante decorrente da concentração de vazões promovida pelo sistema de drenagem, pela impermeabilização do solo e pela remoção da vegetação;

- Apresentar plantas e projetos das instalações, ETA's, ETE's e demais sistemas de tratamento de efluentes líquidos;
- Mão de obra empregada na fase de Instalação (total de trabalhadores, trabalhadores por setor e por turnos de trabalho).

2.2.2 Abastecimento de água e efluentes líquidos

- Especificar o sistema de abastecimento de água para o uso industrial e doméstico (fonte, forma de captação e quantidade utilizada);
- Autorização de utilização de recurso hídrico subterrâneo expedido pela SEMA-PA, se for o caso;
- Reservação (numero de reservatórios e capacidade);
- Especificar os tipos de uso (doméstico, limpeza, controle de poeira, etc);
- Alternativas de uso e captação de água (ex: reúso de água de chuva);
- Quantificação e qualificação dos efluentes líquidos, descrevendo o sistema de coleta, transporte, tratamento e disposição final:
 - Esgoto sanitário;
 - Lavagem de vias, equipamentos e veículos;
 - Águas pluviais.
- Apresentar plano de monitoramento para os efluentes do sistema de esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais;

2.2.3 Resíduos sólidos

- Apresentar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, relacionando todos os resíduos gerados, local de geração, produção diária, características, classificação, processamentos, acondicionamento, período de armazenamento e destino interno e externo;
- Em caso de serviço terceirizado de coleta, apresentar horário de coleta, certificado de funcionamento, tipo de transporte, acondicionamento, tratamento e destino final, assim como respectivas notas fiscais;
- Apresentar tipo de acondicionamento, tratamento e destino final de produtos perigosos (lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias e resíduo de ambulatório);
- Apresentar planos de redução, reúso, reciclagem e monitoramento.

2.2.4 Especificar as fontes de energia empregadas:

- Utilização de grupos geradores (especificar);
- Previsão de uso diário e horário de funcionamento dos geradores;
- Consumo de diesel estimado;
- Apresentar medidas de proteção acústica e vibratória do geradores;
- Manifestação da empresa concessionária de energia elétrica da região, sobre a capacidade de atendimento a demanda ser gerada pela implantação do loteamento.

2.2.5 Emissões atmosféricas

- Relacionar todos os tipos de efluentes atmosféricos, indicando a sua origem e composição;
- Apresentar os tipos de equipamentos e medidas de controle.

2.2.6 Poluição sonora e vibração

- Identificar as fontes geradoras e horários de funcionamento;
- Apresentar medidas e equipamentos de controle e mitigação;
- Apresentar planos de monitoramento.

3. Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Apresentar as medidas, equipamentos ou procedimentos, de natureza preventiva, corretiva ou compensatória que serão utilizados para mitigação dos impactos negativos sobre os fatores físicos, bióticos e socioeconômicos ou reduzir sua magnitude, em cada fase do empreendimento.

3.1 Fase de Instalação do empreendimento

- Redução das interferências e transtornos à população, no que se refere às emissões atmosféricas, ruídos e tráfego de máquinas;
- Controle dos impactos resultantes das obras de terraplanagem (erosão e instabilidade do solo);
- Coleta e destino final dos resíduos sólidos domésticos e da construção civil;
- Mitigação da retirada de cobertura vegetal e afugentamento da fauna local;
- Proteção a nascentes, cursos d'água e lagoas existentes no local e seu entorno;
- Proteção ao patrimônio histórico e paisagístico;
- Mitigação do incremento da impermeabilização do solo;
- Mitigação dos efeitos do lançamento das águas pluviais em seus respectivos pontos;
- Destinação final adequada para efluentes sanitários e resíduos sólidos gerados no canteiro de obras e demais instalações de apoio administrativo.

3.2 Fase de Ocupação do empreendimento

- Mitigação dos impactos referentes ao incremento de população, estimada de acordo com os parâmetros de uso e ocupação do solo, adotados pela legislação urbanística municipal, para a operação do empreendimento;
- Atendimento à população estimada, por serviços públicos de educação, saúde, segurança e por transporte coletivo;
- Tratamento e disposição final de efluentes sanitários do empreendimento;
- Coleta e destino final de resíduos sólidos urbanos;
- Arborização do sistema viário e espaços públicos de convívio;
- Recuperação e revegetação das áreas degradadas e comprometidas com preservação.

4. Planos de monitoramento

O monitoramento proposto deverá abordar, no mínimo:

- Obras destinadas a contenção de encostas e drenagem pluvial;
- Acompanhamento do desenvolvimento da revegetação e paisagismo.

5. Equipe técnica

Apresentar a equipe técnica responsável pelos projetos executivos, urbanístico, paisagístico, de monitoramento, etc, com cópias dos respectivos registros em conselho de classe.

6. ANEXOS QUE ACOMPANHAM O PCA

Marcar os anexos que acompanham este PCA

- () Anexo I - **Croqui indicando as vias de acesso ao empreendimento**, a partir de um ponto de fácil localização, devidamente discriminado, localizado na área urbana do município
- () Anexo II - **Relatório fotográfico da área e cronograma executivo das etapas de implantação do empreendimento**, diferenciando as etapas já concluídas e as em andamento
- () Anexo III - **Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil**
- () Anexo IV - **Anuência do órgão gestor da UC e suas recomendações**
- () Anexo V - **Anuência do IBAMA ou órgão competente para a intervenção/ supressão em área cárstica**
- () Anexo VI - **Cópia do documento de averbação de Reserva Legal no registro de imóvel**, ou protocolo de solicitação de averbação
- () Anexo VII - **Lista de espécies endêmicas e ameaçadas, da fauna e flora, na área de vegetação suprimida**
- () Anexo VIII - **Cópia da outorga de captação de água**, ou protocolo do processo
- () Anexo IX - **Cópia da anuência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT ou órgão estadual competente**
- () Anexo X - **Declaração de comprovação de ausência de riscos**, como a interferência na drenagem natural do solo, que podem causar alagamentos para as áreas vizinhas, em caso de aterramentos da área, com a assinatura do responsável técnico.
- () Anexo XI - **Cópia do Certificado no Sistema de Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais** emitido pelo CEPROF - PA, ou protocolo de solicitação
- () Anexo XII - **Identificação da avaliação dos prováveis impactos ambientais sobre os aspectos físicos, os bióticos e os socioeconômicos decorrentes da instalação do empreendimento.**
- () Anexo XIII - **Medidas mitigadoras propostas e as ações de controle ambiental** - Ações de controle ambiental devem prever as medidas, os equipamentos ou os procedimentos que serão utilizados para reduzir ou evitar as principais consequências negativas do projeto, especificadas de acordo com as fases do empreendimento (implantação e operação).
- () Anexo XIV - **Outros anexos:**